

**MINUTA DE DECRETO**  
**- VERSÃO #3.0 - Data: 06/11/2006 -**

**REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS**  
**LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006**

Esta minuta de decreto foi produzida pelo Serviço Florestal Brasileiro a partir das contribuições obtidas do processo descrito abaixo:

- Em 15 de agosto e 19 e 20 de setembro de 2006, foram realizadas a 1ª e a 2ª reuniões da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) que discutiu e encaminhou uma proposta de roteiro de elementos para regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, preparado pelo Serviço Florestal Brasileiro.
- Na mesma oportunidade, foi aprovado um calendário de ações para desenvolvimento da minuta do decreto de regulamentação da lei, bem como os princípios e diretrizes a serem seguidos quando da sua elaboração.
- Entre 20 de setembro e 6 de outubro, o Serviço Florestal Brasileiro promoveu uma consulta pública para levantamento de sugestões para a elaboração da primeira minuta do Decreto. O processo de consulta incluiu a Internet, a realização de três reuniões técnicas e uma reunião aberta de consulta com especialistas indicados pela CGFLOP, realizada no dia 3 de outubro em Brasília.
- Com base nas consultas foi elaborada a primeira versão da minuta do decreto que foi apresentada e discutida na 3ª reunião da CGFLOP, nos dias 10 e 11 de outubro, como resultado foi proposto o envio para consulta pública durante o mês de outubro de 2006.
- A versão 2.0 da minuta do decreto de regulamentação foi elaborada levando em consideração as observações e sugestões apontadas durante a 3ª reunião da CGFLOP.
- Entre os dias 18 a 31 de outubro de 2006 a versão 2.0 da minuta do decreto foi levada a consulta em audiências públicas nas cidades de Rio Branco, Porto Velho, Manaus, Santarém, Cuiabá, São Paulo, Recife e Belém.
- Considerando os resultados do processo de consulta, o Serviço Florestal Brasileiro elaborou a versão 3.0 da minuta do Decreto a ser submetida à CGFLOP. A minuta anexa (versão 3.0) encontra-se disponível no site do Serviço Florestal Brasileiro [www.servicoflorestal.gov.br](http://www.servicoflorestal.gov.br) ou [www.sfb.gov.br](http://www.sfb.gov.br).

A CGFLOP voltará a se reunir nos dias 07 e 08 de novembro de 2006, em sessão conjunta com a Comissão Nacional de Florestas (CONAFLOP) para discutir e encaminhar a proposta final de minuta de Decreto para Regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas.

**Notas:**

1. O **Serviço Florestal Brasileiro**, órgão autônomo da administração direta, criado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, tem como principais funções atuar como órgão gestor de florestas públicas no nível federal, criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais e gerir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.
2. A **Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP)**, criada pela Lei nº 11.284, de 2006, e regulamentada pelo Decreto nº 5.795, de 5 de julho de 2006, tem como função atuar como órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro e apontar diretrizes para gestão de florestas públicas. A CGFLOP é formada por 24 membros entre representantes dos governos federal, estadual e municipal, ONGs, movimentos sociais, setor empresarial, academia e entidades de classe.
3. A **Comissão Nacional de Florestas (CONAFLOP)**, instituída pelo Decreto nº 4.864 de 24 de outubro de 2003, é formada por 39 membros representando governo, ONGs, movimentos sociais, academia e setor empresarial e tem como principal objetivo propor as diretrizes e acompanhar a implementação da política florestal do Brasil.

## MINUTA DE DECRETO

- VERSÃO # 3.0 - 6/11/2006

### Notas:

1. O texto em negrito identifica alterações em relação à versão 2.0 enviada submetida à consulta pública.
2. O texto apresenta alterações de numeração e ordem dos artigos.

DECRETO Nº , DE DE DE 2006

Regulamenta os arts. ....,  
da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e dá  
outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto nos arts. .... da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006,

**D E C R E T A :**

### **CAPÍTULO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta os art. 14, 72 ... [*a ser complementado na versão final*] da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

### **CAPÍTULO II** **DO CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS**

**Art. 2º** O Cadastro Nacional de Florestas Públicas, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural e gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro, é integrado:

- I - pelo Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União;
- II - pelos cadastros de florestas públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**§ 1º** O Cadastro **Nacional** de Florestas Públicas incluirá as florestas:

- I - inseridas no Cadastro de Terras Indígenas;
- II - **existentes** nas Unidades de Conservação, com exceção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural e de áreas privadas localizadas **em outras categorias de unidades que não exijam a desapropriação**;
- III - localizadas em imóveis matriculados ou em processo de arrecadação **em nome do ente da federação**, autarquias, fundações e empresas públicas.

**§ 2º** As florestas públicas de propriedade de sociedades de economia mista somente serão incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas quando solicitado por seu responsável.

**§ 3º** As florestas públicas plantadas após 2 de março de 2006, não localizadas em áreas de reserva legal ou em unidades de conservação, serão cadastradas mediante consulta ao seu titular.

**Art. 3º O Cadastro Nacional de Florestas Públicas é composto por florestas públicas em três estágios:**

- I – identificação;
- II – delimitação;
- III – demarcação.

**§ 1º No estágio** de identificação, constarão polígonos georreferenciados de florestas, plantadas ou naturais, localizadas em terras de domínio público ou devolutas.

**§ 2º No estágio** de delimitação, os polígonos de florestas públicas serão **averbados** nas matrículas dos imóveis públicos.

**§ 3º No estágio** de demarcação, os polígonos das florestas públicas serão materializados no campo e os dados georreferenciados serão inseridos no Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

**§ 4º** O Serviço Florestal Brasileiro regulamentará cada **um dos estágios** previstos no caput.

**Art. 4º** O Serviço Florestal Brasileiro editará norma conjunta com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para caracterizar as tipologias e classes de cobertura florestal, por bioma, para fins de identificação das florestas públicas.

**§ 1º** Para os fins do disposto no *caput*, o Serviço Florestal Brasileiro e o IBGE publicarão mapa da cobertura florestal do Brasil para o ano de 2006.

**§ 2º** O Serviço Florestal Brasileiro manterá no Sistema Nacional de Informações Florestais um banco de dados com imagens de satélite e outras formas de sensoriamento remoto que cubram todo o território nacional para o mesmo ano.

**Art. 5º** Para a inclusão no Cadastro Nacional de Florestas Públicas será observada a existência de cobertura florestal em 2 de março de 2006.

**§ 1º A existência de cobertura florestal em 2 de março de 2006 será definida de acordo com a norma editada nos termos do art. 4º deste Decreto, sem prejuízo de outros meios de prova.**

**§ 2º O órgão gestor estabelecerá para cada bioma os limites de áreas degradadas que podem estar contidas nos polígonos de florestas públicas, desde que inferiores às áreas com florestas.**

**§ 3º As áreas degradadas em limites acima dos estabelecidos nos termos do § 2º deste artigo serão incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, nas seguintes hipóteses:**

- I - quando solicitado pela entidade pública titular da área, com o objetivo de recuperá-las e mantê-las com a cobertura florestal;**
- II – áreas localizadas em florestas públicas e em zonas com vocação florestal, assim definidas pelo Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE.**

**§ 4º As florestas públicas localizadas em centros urbanos podem ser incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, desde que** excluídas as áreas urbanizadas de seu perímetro.

**Art. 6º O Cadastro Nacional de Florestas Públicas conterá em relação a cada floresta pública as seguintes informações:**

- I - dados fundiários, incluindo número de matrícula do imóvel no cartório de registro de imóveis;**
- II - município e Estado de localização;
- III - titular e gestor da floresta pública;
- IV - polígono georreferenciado;
- V - bioma, tipo e aspectos da cobertura florestal, **conforme norma editada nos termos do art. 4º deste Decreto;**
- VI - referências de estudos associados à floresta pública;
- VII - uso **e destinação** comunitários;
- VIII - pretensões de posse eventualmente incidentes sobre a floresta pública;
- IX - existência de conflitos fundiários ou sociais;
- X - atividades desenvolvidas, **certificações**, normas, atos e contratos administrativos **e cíveis** incidentes nos limites da floresta pública;
- XI - recomendações de uso formuladas pelo ZEE e com base no Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004.**

**Art. 7º** O Serviço Florestal Brasileiro definirá padrões técnicos do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, observado o código único estabelecido em ato conjunto do INCRA e da Secretaria da Receita Federal, nos termos do § 3º, do art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, de forma a permitir a identificação e o compartilhamento de suas informações com as instituições participantes do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, a Secretaria do Patrimônio da União e os Cadastros Estaduais e Municipais de Florestas Públicas.

**§ 1º O Serviço Florestal Brasileiro regulamentará os mecanismos para a revisão dos polígonos de florestas públicas para adaptá-los às alterações técnicas, de titularidade ou àquelas que se fizerem necessárias durante a definição dos lotes de concessão.**

**§ 2º** Na definição dos padrões técnicos do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, deve-se observar, no mínimo, o seguinte:

- I - definições e terminologias relativas à identificação da cobertura florestal;
- II - base cartográfica a ser utilizada;
- III - projeções e formato dos dados georreferenciados e tabelas;
- IV - informações mínimas do cadastro;
- V - meios de garantir a publicidade e o acesso aos dados do cadastro;
- VI - normas e procedimentos de integração das informações com SNCR e Cadastros Estaduais.

**§ 3º** O Cadastro Nacional de Florestas Públicas será integrado por bases próprias de informações produzidas e compartilhadas pelos órgãos e entidades gestores de florestas públicas da União, Estados, **Distrito Federal** e Municípios.

**Art. 8º** As florestas públicas não destinadas a manejo florestal ou unidades de conservação ficam impossibilitadas de conversão para uso alternativo do solo, até que sua classificação de acordo com o ZEE esteja oficializada e a conversão seja plenamente justificada, nos termos do art. 72 da Lei nº 11.284, de 2006.

**§ 1º** A floresta plantada ou natural, localizada em terras de domínio público ou devolutas, desmatada, explorada economicamente ou degradada irregularmente após 2 de março de 2006, será incluída ou mantida, conforme o caso, no Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

**§ 2º Sem prejuízo de outras sanções legais,** cabe ao responsável pelo desmatamento, exploração ou degradação de floresta pública,  **mencionada no § 1º deste artigo, a recuperação da floresta de forma direta ou indireta.**

**Art. 9º** As florestas públicas não incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas não perdem a proteção conferida pela Lei nº 11.284, de 2006, devendo ser observadas as formas de gestão previstas na mesma Lei.

**Art. 10.** O Cadastro Nacional de Florestas Públicas será acessível por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet.

### **CAPÍTULO III DESTINAÇÃO ÀS COMUNIDADES LOCAIS**

**Art. 11.** Antes da realização das licitações para concessão florestal, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais, **definidas no inciso X do art. § 3º da Lei nº 11.284, de 2006, nos locais em que serão alocadas as unidades de manejo,** serão identificadas para destinação a essas comunidades, nos termos do art. 6º e 17 da mesma Lei.

**Parágrafo único. O Serviço Florestal Brasileiro atuará em conjunto com os órgãos responsáveis pela destinação às comunidades locais na definição de áreas prioritárias para implementação da gestão de florestas públicas.**

**Art. 12.** As modalidades de destinação às comunidades locais devem ser baseadas no uso sustentável das florestas públicas, considerando as restrições impostas pelo art. 72 da Lei nº 11.284, de 2006.

**§ 1º** O planejamento das dimensões das florestas públicas a serem destinadas à comunidade local, individual ou coletivamente, deve considerar o uso sustentável dos recursos florestais, **bem como o beneficiamento dos produtos extraídos,** como a principal fonte de sustentabilidade dos beneficiários.

**§ 2º A** substituição da cobertura vegetal natural por espécies cultiváveis, **além de observar a legislação pertinente, somente será permitida quando atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:**

**I - a previsão da substituição da cobertura vegetal no plano de manejo, no plano de desenvolvimento de assentamento ou em outros instrumentos de planejamento pertinentes à modalidade de destinação;**

**II - a área total de substituição não supere 5% da área total individual ou coletiva.**

**§ 3º** O Serviço Florestal Brasileiro elaborará estudos e avaliações técnicas para subsidiar o atendimento do disposto no § 2º.

**§ 4º A** utilização das florestas públicas sob posses de comunidades locais, regularizadas nos termos do § 3º do art. 6º, da Lei nº 11.284, de 2006, observará o disposto no § 2º deste artigo.

**Art. 13.** O Serviço Florestal Brasileiro apoiará a assistência técnica para o desenvolvimento das atividades florestais pelas comunidades locais.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL**

**Art. 14.** O Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF, proposto pelo órgão gestor e definido pelo poder concedente, conterá a descrição de todas as florestas públicas **passíveis** de processos de concessão no ano em que vigorar.

**Parágrafo único.** **Somente serão incluídas no PAOF as florestas públicas devidamente identificadas** no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, **nos termos do § 1º do art. 3º deste Decreto.**

**Art. 15.** O PAOF terá o seguinte conteúdo mínimo:

- I - identificação do total de florestas públicas constantes do Cadastro Nacional de Florestas Públicas passíveis de uso sustentável;
- II - área total já submetida a concessões florestais e previsão de produção dessas áreas;
- III - identificação da demanda por produtos e serviços florestais na região de abrangência do PAOF **e no mercado nacional**;
- IV - identificação da oferta de produtos e serviços oriundos do manejo florestal sustentável nas regiões de abrangência do PAOF, incluindo florestas privadas, florestas destinadas às comunidades locais e florestas públicas submetidas à concessão florestal;
- V - identificação georreferenciada das florestas públicas passíveis de serem submetidas a processo de concessão florestal, durante o período de vigência do PAOF;
- VI - identificação georreferenciada das Terras Indígenas, das unidades de conservação, das áreas destinadas às comunidades locais, **áreas prioritárias para recuperação** e áreas de interesse para criação de unidades de conservação de proteção integral, que sejam adjacentes às áreas destinadas à concessão florestal;
- VII - compatibilidade com outras políticas setoriais, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 11.284, de 2006;
- VIII - **descrição da infra-estrutura, condições de logística, capacidade de processamento e tecnologia existentes** nas regiões abrangidas pelo PAOF;
- IX - indicação da adoção dos mecanismos de acesso democrático às concessões florestais, incluindo:
  - a) regras a serem observadas para a definição das unidades de manejo;
  - b) definição do percentual máximo de área **de concessão florestal** que um concessionário, individualmente ou em consórcio, poderá deter, relativo à área destinada à concessão florestal pelo PAOF vigente e pelos planos anuais de outorga em execução aprovados nos anos anteriores, nos termos do art. 34, inciso II e parágrafo único, da Lei nº 11.284, de 2006;
- X - descrição das atividades previstas para o período de vigência do PAOF em especial aquelas relacionadas à revisão de contratos, monitoramento, fiscalização e auditorias;
- XI - previsão dos meios necessários para implementação do PAOF, incluindo os recursos humanos e financeiros.

**Parágrafo único.** A previsão a que se refere o inciso XII do *caput* será considerada na elaboração do projeto de lei orçamentária anual, enviada ao Congresso Nacional a cada ano.

**Art. 16.** Na elaboração do PAOF, serão respeitadas as disposições previstas no art. 11, da Lei nº 11.284, de 2006, e, em especial:

- I - as recomendações de uso definidas no Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004 que **define regras para identificação de áreas prioritárias para conservação e utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade**;

II - os contratos de concessão, autorizações de lavra e outorga para mineração, petróleo, gás, estradas, linhas de transmissão, oleodutos, gasodutos e para o uso da água.

**Art. 17.** O PAOF será submetido à manifestação do órgão consultivo da respectiva esfera de governo, nos termos do § 1º do art. 10 da Lei nº 11.284, de 2006.

**Art. 18.** O PAOF da União deve estar concluído até o dia 31 de julho do ano anterior ao seu período de vigência.

**Parágrafo único.** Para serem considerados no PAOF da União, nos termos do § 1º do art. 11, da Lei nº 11.284, de 2006, os PAOFs dos Estados, **do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser encaminhados ao** Serviço Florestal Brasileiro até o dia 30 de junho de cada ano.

**Art. 19.** Para os fins do disposto no art. 33 da Lei nº 11.284, as unidades de manejo serão classificadas em pequenas, médias e grandes, com base em critérios técnicos que atendam às peculiaridades regionais, definidos no PAOF, considerando os seguintes parâmetros:

- I - área necessária para completar um ciclo de produção da floresta para os produtos manejados, **de acordo com inciso V do art. 3º, da Lei nº 11.284, de 2006;**
- II - a estrutura, porte e capacidade dos agentes envolvidos na cadeia produtiva.

## **CAPÍTULO V DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

**Art. 20.** O Relatório Ambiental Preliminar - RAP será elaborado **conforme termo de referência estabelecido em conjunto pelos órgãos ambiental e gestor, com, no mínimo,** o seguinte conteúdo:

- I - descrição e localização **georreferenciada** das Unidades de Manejo;
- II - descrição das características de solo, relevo, tipologia vegetal e classe de cobertura;
- III - descrição da flora e da fauna, inclusive com a indicação daquelas ameaçadas de extinção e endêmicas;**
- IV - descrição dos recursos hídricos das unidades de manejo;
- V - resultados do Inventário Florestal;
- VI - descrição da área do entorno;
- VII - caracterização **e descrição** das áreas de uso comunitário, unidades de conservação, áreas prioritárias para a conservação, Terras Indígenas e áreas quilombolas adjacentes às unidades de manejo;
- VIII - identificação dos potenciais impactos ambientais e sociais **e ações para prevenção e mitigação dos impactos negativos;**
- IX - recomendações de condicionantes para execução de atividades de manejo florestal.

**Parágrafo único.** O licenciamento ambiental do uso dos recursos florestais da unidade de manejo e a aprovação do respectivo Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS será efetuada pelo órgão ambiental competente, nos termos do art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

**Art. 21.** As obras de infra-estrutura não inerentes aos PMFS e os empreendimentos industriais incidentes nas unidades de manejo observarão as normas específicas de licenciamento ambiental.

## **CAPÍTULO VI DA LICITAÇÃO**

**Art. 22.** Os lotes e as unidades de manejo serão definidos nos editais de licitação e incidirão em florestas públicas que observem o seguinte:

- I - possuam previsão no PAOF, com o atendimento das diretrizes nele definidas;
- II - encontrem-se **delimitadas** no Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

**§ 1º** Os lotes de concessão poderão ser compostos de unidades de manejo contíguas ou não.

**§ 2º** As unidades de manejo contíguas, localizadas em um mesmo estado, a serem submetidas à concessão florestal na vigência de um mesmo PAOF, devem necessariamente compor um mesmo lote de concessão florestal.

**Art. 23. As unidades de manejo serão demarcadas antes do início da implementação do PMFS.**

**Art. 24.** A justificativa técnica da conveniência da concessão florestal será publicada pelo poder concedente previamente ao edital de licitação, caracterizando seu objeto e a unidade de manejo, e incluirá, no mínimo, o seguinte:

- I - a descrição dos recursos florestais;
- II - o potencial de produção sustentável e a demanda por produtos florestais na região;
- III - a estrutura da cadeia produtiva da região;
- IV - a descrição da infra-estrutura;**
- V - a viabilização do ciclo completo da floresta com atividade contínua de manejo;
- VI - os critérios técnicos utilizados para a definição dos tamanhos das unidades de manejo em pequenas médias e grandes;
- VII - limitação e condicionantes para o Manejo Florestal.

**Parágrafo único.** A justificativa técnica de que trata o *caput* deste artigo será preparada pelo órgão gestor, que indicará ao poder concedente a conveniência da concessão florestal.

**Art. 25.** Todos os atos inerentes ao processo de licitação serão realizados na sede do órgão gestor ou no âmbito de suas unidades regionais, conforme justificativa técnica, exceto as audiências públicas e outros atos, previstos em resolução do órgão gestor.

**Art. 26.** A publicação de edital de licitação de lotes de concessão florestal será precedida de audiência pública, amplamente divulgada, convocada, **com antecedência mínima de quinze dias, e será** dirigida pelo órgão gestor.

**§ 1º** O órgão gestor realizará as audiências públicas **no local de abrangência do respectivo lote**, considerando os seguintes objetivos básicos:

- I - identificar e debater o objeto da concessão florestal e as exclusões;
- II - identificar e debater os aspectos relevantes do edital de concessão, em especial, **a distribuição e forma das unidades de manejo e** os critérios e indicadores para seleção da melhor oferta;
- III - propiciar aos diversos atores interessados a possibilidade de oferecerem comentários e sugestões sobre a matéria em discussão;
- IV - dar publicidade e transparência às ações do órgão gestor.

**§ 2º** A audiência pública será divulgada pelos meios de comunicação de maior acesso ao público da região e os documentos utilizados para subsidiá-la serão disponibilizados para consulta na Internet.



**Art. 27.** Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 20 da Lei nº 11.284, de 2006, para unidades de manejo pequenas ou médias, poderão ser utilizados resultados de inventários florestais de áreas adjacentes ou com características florestais semelhantes.

**Art. 28.** Os editais de licitação devem conter a descrição detalhada da metodologia para julgamento das propostas, levando em consideração os seguintes critérios definidos no art. 26 da Lei nº 11.284, de 2006:

- I - o maior preço ofertado como pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão florestal;
- II - a melhor técnica, considerando:
  - a) o menor impacto ambiental;
  - b) os maiores benefícios sociais diretos;
  - c) a maior eficiência;
  - d) a maior agregação de valor ao produto ou serviço florestal na região da concessão.

**Parágrafo único.** Para os fins do disposto nas alíneas “a”, “c” e “d”, considera-se respectivamente:

- I - o menor impacto ambiental negativo ou o maior impacto ambiental positivo;**
- II - a eficiência no uso dos recursos florestais;**
- III - os municípios abrangidos pelo lote de concessão.**

**Art. 29.** O órgão gestor definirá para cada edital de licitação um conjunto de indicadores que permita **avaliar a melhor oferta**.

**§ 1º** O conjunto de indicadores mencionado no *caput* será composto por pelo menos um indicador para cada um dos critérios previstos no art. 28 e para cada um dos componentes da melhor técnica, previstos nas alíneas do inciso II do mesmo artigo.

**§ 2º** Os indicadores poderão ser utilizados para fins de pontuação para definição da melhor proposta ou para fins de bonificação e deverão ter as seguintes características:

- I - ser objetivamente mensuráveis;
- II - relacionar-se a aspectos de responsabilidade direta do concessionário;
- III - ter aplicabilidade e relevância para avaliar o respectivo critério.

**§ 3º** É vedado o uso de indicadores ou parâmetros de caráter sigiloso, secreto, reservado ou incompatível com as finalidades da Lei nº 11.284, de 2006.

**§ 4º** Para cada indicador **previsto** no edital serão definidos parâmetros para sua **pontuação**, incluindo os valores mínimos aceitáveis para habilitação da proposta.

**§ 5º** Os editais de licitação deverão prever a fórmula precisa de cálculo da melhor oferta com base nos indicadores a serem utilizados.

**§ 6º** A metodologia de pontuação deverá ser montada de tal forma a garantir que:

- I - o peso de cada critério e item referidos no *caput* nunca seja menor que 1 ou maior que 3;
- II - o peso do critério técnica seja maior ou igual ao peso do critério preço.

**§ 7º** A utilização de indicadores terá pelo menos um dos seguintes objetivos:

- I - eliminatório: que indica parâmetros mínimos a serem atingidos para a qualificação do concorrente;

- II - classificatório: que indica parâmetros para a pontuação no julgamento das propostas, durante o processo licitatório;
- III - bonificador: que indica parâmetros a serem atingidos para bonificação na execução do contrato pelo concessionário.

**Art. 30.** O edital de licitação das concessões florestais **será publicado com** antecedência mínima de 45 dias da abertura do processo de julgamento das propostas.

**Parágrafo único.** Além da publicidade prevista na legislação aplicável o Edital será disponibilizado na Internet **e nos órgãos públicos localizados na região de abrangência do lote de concessão, definidos no edital.**

**Art. 31.** Para habilitação nas licitações de concessão florestal, a comprovação de ausência de débitos inscritos na dívida ativa relativos a infração ambiental, prevista no inciso I do art. 19 da Lei nº 11.284, de 2006, dar-se-á por meio de documentos emitidos pelos órgãos integrantes do SISNAMA da localização das unidades de manejo pretendidas e da sede do licitante, emitidos preferencialmente por meio da Internet, nos termos do § 2º do mencionado art. 19 e do Decreto nº ....., de .....de 2006.

**Art. 32.** O preço calculado sobre os custos de realização do edital de licitação da concessão florestal de cada unidade de manejo, previsto no art. 36, inciso I, da Lei nº 11.284, de 2006, será definido com base no custo médio do edital por hectare e especificado no edital de licitação, considerando os custos dos itens abaixo relacionados:

- I - inventário florestal;
- II - estudos preliminares contratados especificamente para compor o edital;
- III - Relatório Ambiental Preliminar e processo de licenciamento;
- IV - publicação e julgamento das propostas.

**§ 1º** Os custos relacionados às ações realizadas pelo poder público **e que, por sua natureza, geram benefícios permanentes ao patrimônio público não comporão o custo do edital.**

**§ 2º** No cálculo do **preço do custo de realização do edital** para as unidades de manejo pequenas, **poderá ser** aplicado fator de correção a ser determinado pelo órgão gestor.

**§ 3º** A forma e o prazo para o pagamento do preço calculado sobre os custos de realização do edital de licitação da concessão florestal da unidade de manejo serão especificados no edital.

**Art. 33.** Os parâmetros necessários para a definição do preço da concessão florestal, previsto no inciso II do art. 36, da Lei nº 11.284, de 2006, serão especificados no edital de licitação, observando os seguintes aspectos dos produtos e serviços:

- I - unidades de medida;**
- II - critérios de agrupamento;**
- III - metodologia de medição e quantificação.**

**§ 1º** Os critérios de classificação e agrupamentos de produtos e serviços **florestais** para fins de formação de preço devem permitir a inclusão de novos produtos e serviços.

**§ 2º** A definição do preço mínimo **da concessão florestal no edital de licitação** poderá ser feita a partir de:

- I - preços mínimos de cada produto ou serviço tal como definido no *caput*;
- II - estimativa de arrecadação anual total dos produtos e serviços;
- III - combinação dos dois métodos especificados nos incisos I e II deste parágrafo.

**Art. 34.** O reajuste dos preços florestais será anual com base em metodologia a ser definida pelo órgão gestor e especificada no edital de licitação e no contrato de concessão.

**Art. 35.** O Serviço Florestal Brasileiro desenvolverá e manterá atualizado sistema de acompanhamento dos preços e outros aspectos do mercado de produtos e serviços florestais.

**Art. 36.** O pagamento dos preços florestais em desacordo com o disposto no contrato de concessão poderá ensejar, além de outras sanções cabíveis, a suspensão nas atividades econômicas objeto da concessão.

**Art. 37.** Serão considerados investimentos obrigatórios aqueles previstos no edital de licitação e os compromissos de investimentos indicados na proposta técnica **apresentada pelo vencedor do processo de licitação.**

**Art. 38.** O valor mínimo anual, definido no § 3º do art. 36 da Lei nº 11.284, de 2006, será de até trinta por cento do preço anual vencedor do processo licitatório, calculado em função da estimativa de produção fixada no edital e os preços de produtos e serviços contidos na proposta vencedora.

**§ 1º** O percentual aplicável para a definição do valor mínimo será fixado no edital.

**§ 2º** O valor mínimo anual será fixado e expresso no contrato de concessão em **moeda corrente do país**, cabendo revisões e reajustes.

**Art. 39.** Os bens reversíveis, **que retornam ao titular da floresta pública após a extinção da concessão**, serão definidos no edital de licitação e deverão incluir pelo menos:

- I - demarcação da unidade de manejo;
- II - infra-estrutura de acesso;
- III - cercas, aceiros e porteiras;
- IV - construções e instalações permanentes.

## **CAPÍTULO VII DO CONTRATO DE CONCESSÃO FLORESTAL**

**Art. 40.** Para os fins de aplicação do § 1º do art. 27 da Lei nº 11.284, de 2006, são consideradas **inerentes** ou subsidiárias ao manejo florestal as seguintes atividades:

- I – **planejamento** e operações florestais, incluindo:
  - a) inventário florestal;
  - b) PMFS e planejamento operacional;**
  - c) construção e manutenção de vias de acesso e ramais;
  - d) colheita e transporte de produtos florestais;
  - e) trato silvicultural pós-colheita;**
  - f) monitoramento ambiental;**
- II - operações de apoio, incluindo:
  - a) segurança e vigilância;
  - b) manutenção de máquinas e infra-estrutura;
  - c) gerenciamento de acampamentos;
  - d) proteção florestal;
- III - operações de processamento de produtos florestais;
- IV - operações de serviço, incluindo:
  - a) guia de visitação;
  - b) transporte de turistas.

**Art. 41.** O controle do percentual máximo de concessão florestal que cada concessionário, individualmente ou em consórcio, poderá deter, conforme limites especificados no inciso II do art. 34, observado o disposto no art. 77, da Lei nº 11.284, de 2006, será efetuado pelo Serviço Florestal Brasileiro, nos termos do inciso XIX do art. 53, da mesma Lei.

**Parágrafo único.** Outros aspectos inerentes aos atos e negócios jurídicos a serem celebrados entre concessionários serão submetidos ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, quando necessário.

**Art. 42.** Serão previstos nos Contratos de Concessão Florestal, critérios de bonificação para o concessionário que atingir índices de desempenho socioambiental, além das obrigações legais e contratuais.

**§ 1º** A bonificação por desempenho poderá ser expressa em desconto nos preços florestais.

**§ 2º** Os critérios e indicadores de bonificação por desempenho serão definidos pelo órgão gestor e indicados no edital de licitação.

**§ 3º** A aplicação do mecanismo de bonificação por desempenho não poderá resultar em valores menores que os preços mínimos definidos no edital de licitação a que se refere o § 2º do art. 33.

**Art. 43.** Nos contratos de concessão florestal, realizados pela União, o licitante vencedor, no caso de consórcio, deverá se constituir em empresa antes da celebração do contrato, **observado o disposto no art. 22 da Lei nº 11.284, de 2006.**

**Art. 44.** A forma de implementação e as hipóteses de execução das garantias, previstas no art. 21, da Lei nº 11.284, de 2006, serão especificadas mediante resolução do órgão gestor.

**Parágrafo único.** A garantia da proposta visa assegurar que o vencedor do processo licitatório firme, no prazo previsto no edital, o contrato de concessão nos termos da proposta vencedora, à qual se encontra vinculado, sem prejuízo da aplicação das penalidades indicadas no *caput*, do art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 45.** O Poder Concedente fixará as sanções aplicáveis nos casos de inexecução total ou parcial de outras obrigações contratuais, nos termos do art. 45 da Lei nº 11.284, de 2006.

**§ 1º** O contrato de concessão deverá prever as situações que justifiquem o descumprimento das obrigações contratuais, em especial, o pagamento do valor mínimo anual.

**§ 2º** O contrato de concessão **indicará os procedimentos a serem utilizados na gestão e solução dos conflitos sociais e as penalidades aplicáveis à sua não adoção.**

**§ 3º** **Serão adotados procedimentos administrativos que viabilizem a solução de divergências na interpretação e na aplicação dos contratos de concessão florestal.**

## **CAPÍTULO VIII**

### **DO MONITORAMENTO E AUDITORIA DA GESTÃO DAS FLORESTAS PÚBLICAS**

#### **Seção I**

##### **Do Monitoramento**

**Art. 46.** O monitoramento da gestão das florestas públicas considerará, no mínimo, os seguintes aspectos:

- I** - o cumprimento do contrato;
- II** - a **implementação do Plano de Manejo Florestal Sustentável**;
- III** - os impactos **sociais, ambientais** e econômicos;
- IV** - a existência de conflitos socioambientais;
- V** - a dinâmica de desenvolvimento da floresta;
- VI** - a proteção de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção;
- VII** - a **proteção dos corpos d'água**;
- VIII** - a proteção da floresta contra incêndios, pragas e ocupações ilegais;
- IX** - o controle de origem de produtos florestais;
- X** - a **ocorrência de exploração ilegal**;
- XI** - as **condições de trabalho**.

**Art. 47.** O Serviço Florestal Brasileiro articulará com outros órgãos e entidades responsáveis pelo planejamento, gestão e execução dos sistemas de monitoramento, controle e fiscalização, para o cumprimento do disposto no *caput* quanto à gestão das florestas públicas federais.

**Parágrafo único.** O Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, de que trata o § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2006, indicará os resultados do monitoramento da gestão de florestas públicas, considerando os aspectos enumerados no art. 46.

**Art. 48.** Todos os sistemas utilizados para o monitoramento da gestão de florestas públicas deverão conter interfaces para a publicidade dos dados por meio da Internet.

#### **Seção II**

##### **Da Auditoria**

**Art. 49.** O Serviço Florestal Brasileiro estabelecerá os critérios, os indicadores, o conteúdo, os prazos e as condições para a realização das auditorias florestais, bem como a forma de garantir a publicidade dessas auditorias.

**Art. 50.** O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO consolidará o procedimento de avaliação de conformidade, inclusive no que se refere a:

- I** - sistema de acreditação de entidades públicas ou privadas para realização de auditorias florestais;
- II** - critérios mínimos de auditoria;
- III** - modelos de relatórios das auditorias florestais;
- IV** - prazos para a entrega de relatórios.

**Art. 51.** As auditorias florestais serão realizadas por organismos acreditados pelo INMETRO, para a execução de atividades de análise do cumprimento das normas referentes ao manejo florestal e ao contrato de concessão florestal, que incluirá obrigatoriamente as verificações em campo e a consulta à comunidade e autoridades locais.

**Art. 52.** Os seguintes expedientes poderão ser utilizados pelo órgão gestor para viabilizar as auditorias em pequenas unidades de manejo:

I - auditorias em grupo;

II - procedimentos simplificados, definidos pelo INMETRO;

III - desconto no preço **dos recursos florestais auferidos da floresta pública.**

## **CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 53.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,     de                     de 2006; 185<sup>ª</sup> da Independência e 118<sup>ª</sup> da República.